



SINDUSCON-AM

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

newsletter

Edição 1
Ano 1
Janeiro

30/01/2017

acrítica

Entrevista > Jorge Eduardo Jatahy

'Nós não pretendemos fazer aumento da carga tributária'

GEIZYARA BRANDÃO
economia@acrítica.com

Funcionário de carreira da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM) há quase 17 anos, Jorge Jatahy tem a missão, como novo secretário do órgão, de manter as contas do Amazonas equilibradas. Ele descarta a possibilidade de aumento da carga tributária para melhorar a arrecadação do Estado. Para o secretário, a solução é avaliar os benefícios fiscais para uma readequação com o objetivo de conseguir mais investimentos e movimentar a economia.

Com carência de recursos humanos, o secretário afirma que irá pleitear a realização de concurso público para suprir a necessidade da Sefaz-AM e fazer com que a arrecadação cresça.

Qual a situação atual das finanças do Estado?

Nós encontramos as finanças do Estado equilibradas. Nós temos alguns problemas quanto à questão de gastos com folha de pagamento, que ainda estão fora do limite prudencial, mas são questões que nós estamos equalizando e que devem ser resolvidas ao longo do ano. Os grandes problemas estão resolvidos, que são de fornecedores e a garantia da folha. Mas pretendemos trabalhar nessa regularização dos limites constitucionais de encargos de folha de pagamento de funcionários. Então, basicamente nós recebemos uma secretaria enxuta e com as contas em dia.

A receita precisa crescer quanto para chegarmos a uma situação ideal?

A situação ideal é "quanto mais, melhor". Nosso objetivo primordial é atender o orçamento, então nós temos que ter uma receita em torno de R\$ 800 milhões por mês e é a nossa meta básica para resolver. É claro que a gente tem o intuito de aumentar isso, de ter mais e é nisso que vamos trabalhar.

Que medidas podem ser tomadas para ampliar as receitas e equilibrar as finanças?

Medida de aumento da carga tributária nós não pretende-

Perfil
Nome Jorge Jatahy
Idade 53 anos
Nome Jorge Eduardo Jatahy de Castro
Estudos Engenheiro Civil
Experiência Funcionário do Município de Manaus, Funcionário da Receita Federal e da Secretaria de Fazenda (Sefaz-AM); ocupou dois cargos de agente de arrecadação e auditor fiscal desde 2000. Recentemente assumiu o cargo como secretário da Sefaz-AM.

mos fazer, porque nós já vimos que isso não tem um bom resultado. Então, aumento de carga tributária é uma coisa que é em último caso, não é uma das possibilidades que nós estamos trabalhando. Porém, a eficiência da máquina arrecadadora pode melhorar nisso aí. Algumas distorções quanto a benefícios fiscais excessivos, isso nós trabalharemos para equalizar. No mais, é esperar o nosso prognóstico e pelos indicadores que nós temos é que haverá uma melhoria da economia e essa melhoria, da mesma forma quando há uma piora, nós sentimos mais. Quando melhora, nossa recuperação também é mais rápida.

Haverá uma mudança ampla na equipe de comando da Sefaz em sua gestão?

Já promovi uma alteração entre os secretários executivos, na verdade os três mudaram. Só que um que era da administração passou para o tesouro, eu coloquei um novo secretário de administração e um novo secretário de receita. Mas são todos profissionais com larga experiência, são todos da casa, que tem todas as condições de satisfazer nossos anseios. Não que os anteriores tivessem algum problema, mas é uma visão diferente sempre pode trazer melhorias, ou seja, ficar muito tempo executando a mesma função a gente acaba acostumando com os problemas ao invés de tentar resolvê-los. A minha visão é que mudanças são necessárias para haver um desempenho melhor.

Os fazendários já



Antonio Moraes

manifestaram apoio ao novo comando da Sefaz?

Ainda não recebi as entidades de classe, mas sei que o pessoal do Sifam (Sindicato dos Fazendários do Amazonas) está cheio de propostas e vamos analisar o que é viável implementar. A gente só consegue fazer uma administração boa quando os funcionários estão engajados em fazer melhor e é isso que nós vamos buscar: a satisfação profissional para que o trabalho seja melhor desenvolvido e tenha eficiência plena.

Uma antiga reivindicação da categoria é a realização de concurso público. Como o senhor vê essa questão?

Acho que todos os secretários que estiveram aqui pleitearam fazer concurso público, poucos conseguiram. A gente vai continuar pleiteando novas vagas para a Secretaria de Fazenda. Apesar da modernização de todos os procedimentos e da informatização que nós implementamos, que o Dr. Afonso Lobo implementou, ainda temos carência de mão-de-obra em algumas áreas. Nós temos o envelhecimento do quadro, ou seja, essas pessoas precisam ser substituídas e as pessoas que vão substituir tem que ter algum conhecimento, tem que ter certa história para poder começar haver as substituições e ir tocando barco, senão em alguns anos nós não

teremos profissionais para tocar a Sefaz e isso vai parar uma máquina, que é muito bem aceita, que funciona muito bem.

A Sefaz tem pessoal suficiente para promover o esforço arrecadador que o Estado precisa?

Temos carência em algumas áreas, mas a ideia é que a melhoria tecnológica supra, por algum tempo essa carência de pessoal. Mas é fundamental que nós tenhamos reposição dos nossos quadros, ou seja, pessoas novas entrando para substituir as pessoas que vão sair pela aposentaria.

As projeções indicam que a crise continua em 2017, com efeitos na indústria, que é o principal gerador de arrecadação do Amazonas. Como o senhor vê esse panorama?

Pelas últimas arrecadações, nós estamos vendo certo crescimento do insumo importado, ou seja, as indústrias voltaram a fazer compras no exterior. É um indicio que a perspectiva de uma melhoria e uma venda maior de produtos no mercado brasileiro. A nossa recuperação é mais rápida, então a nossa esperança é que isso se confirme e que a recuperação seja constante, nisso que nós estamos apostando e se isso der certo, nós vamos ter um ano muito bom. A

nossa gestão vai ser muito conservadora, muito austera. Nós vamos fazer uma gestão fazendo o básico, nada de extravagâncias. É isso que o Estado está precisando. Se realmente se concretizar essa perspectiva de recuperação, aí sim a gente fecharia um ano de uma forma mais tranquila.

O programa nota fiscal amazense deve passar por alguma atualização? Ele tem atingido os objetivos?

Nós vamos avaliar a efetividade do programa, ele deve continuar. Talvez nós façamos alguma pequena alteração nele, alguma coisa para dar mais efetividade, mas ele é um programa que se mostrou de extremo sucesso. Nós conseguimos o nosso objetivo que era massificar a nota fiscal e é uma realidade aqui no Amazonas, o nosso programa de implantação de nota fiscal tem certeza que é o mais avançado do Brasil, então não tem porque discutir uma coisa que deu certo. Realmente é um projeto nosso que deu muito certo. O Estado atinge toda a população, tanto de baixa renda, então é uma coisa que deu certo.

Quais serão suas primeiras ações à frente da secretaria?

A primeira ação mesmo é me interar da parte financeira, que eu tenho pouco conhecimento. Mas a ideia é que nós façamos

mudanças sempre no sentido de melhorar o que já foi feito e evoluir dentro da secretaria. Nas outras ações é concluir a revisão de benefícios fiscais, isso é fundamental para que a gente possa ter um equilíbrio nas finanças.

Em que aspecto sua gestão será diferente de seus antecessores?

A gente não tem muito que inventar a roda. A secretaria da Fazenda é muito bem ajustada, trabalhamos em uma eficiência muito boa, então o que nós vamos tentar é melhorar o que já existe, buscar novas fontes de receitas. Nós vamos desenvolver estudos, apresentar ao governador. Como estou entrando, nós estamos montando um plano estratégico para fazer a ação da secretaria, o governador aprovando, nós vamos planejar e implantar o que o que for planejado e for autorizado.

A Sefaz está presente de forma satisfatória no interior do Estado?

No interior do Estado, nós temos uma limitação muito grande de mão de obra, em razão disso, nós não estamos presente na maioria dos municípios. Em razão da pequena expressão da economia local que em alguns municípios, a grande maioria, as condições locais não comportam uma atuação tão presente da secretaria. Os nossos gastos são muito bem controlados, na atual situação não tem como avançar para o interior, mas a ideia é nos termos o braço da Sefaz nas principais estradas do Estado para evitar a entrada de mercadorias sem nota.

Quando a sociedade vai sentir, realmente, uma melhoria na economia?

Eu espero que esses sinais continuem e se transformem em realidade e a partir do meio do ano a gente já tenha um reflexo disso na economia local, porque isso é um processo lento, que é a produção maior, aumento da mão-de-obra utilizada, aumento da massa de salários, compra de alguns insumos localmente vai fazer com que o meio circulante internamente no Amazonas vá crescendo e isso move a roda da economia.

Equilíbrio fiscal será tônica da mensagem

Governador José Melo anunciará medidas para assegurar que as finanças do Estado continuem equilibradas neste ano

JANAÍNA ANDRADE
janaína.andrade@acrtica.com

Após declarar que não vai esperar mais por seus assessores e secretários para promover o governo, José Melo (Pros), trará como tônica de seu discurso, durante a leitura da mensagem governamental, na quarta-feira, às 10h, na Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), as medidas adotadas para garantir a saúde financeira e fiscal do Estado, incluindo o pagamento em dia dos salários do funcionalismo público.

Para o terceiro dos quatro anos de seu mandato, Melo irá destacar os investimentos planejados para 2017, na ordem de R\$ 1,5 bilhão em recursos, resultado de empréstimos, e que serão investidos na construção de novas escolas de tempo integral na capital e interior, infraestrutura, habitação, com destaque para a nova Matriz Econômica Ambiental.

De acordo com a Secretaria de Comunicação do Governo (Secom), a Matriz Econômica Ambiental deve receber cerca de R\$ 450 milhões em investimentos "ajudando a avançar o uso sustentável dos recursos naturais tendo a piscicultura, fruticultura e mineração como pilares".

"O Amazonas dispõe das condições ideais para criar peixe em cativeiro e tornar essa atividade econômica uma alternativa de desenvolvimento no interior. É uma vocação natural que o nosso governo tem priorizado. Queremos avançar o modelo. Além de apoiar os pequenos, estamos trabalhando para atrair os investimentos do setor privado", disse o governador.

Entre os principais investimentos que englobam a nova Matriz estão também os polos de cosméticos e fármacos com matéria prima regional.

"A implantação da nova Matriz Econômica Ambiental é algo fundamental. Temos como base produzir proteína, consorciado com a fruticultura. Vamos incentivar e trabalhar para a base mineral ser explorada", destacou José Melo. A expectativa é que 48 vicinais em todo o Estado ganhem asfalto e ajudem a facilitar o escoamento da produção.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

Na área de saúde, o governo Melo vai reafirmar sua prioridade em investimentos, anunciar a entrega do Hospital da Zona Norte, reformas de grandes hospitais como o Hospital e Pronto Socorro João Lúcio, o Adriano Jorge



Os investimentos de R\$ 1,5 bilhão programados para este ano serão feitos com recursos de empréstimos em projetos como a construção de novas escolas de tempo integral na capital e interior

Saiba mais

>> Saúde

Área destaca que na leitura da mensagem governamental, a Saúde teve seu orçamento reduzido para o ano de 2017 em R\$ 331 milhões em comparação com o ano de 2016. Para este ano, o orçamento da Secretaria de Estado da Saúde (Susam) é de R\$ 1,8 bi, enquanto em 2016 foi de R\$ 2,1 bi.

Em números

#

14,6

Bilhões de Reais. É o valor da previsão orçamentária para o ano de 2017, de acordo com a LOA, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM) no final de 2016.

e a construção de um novo prédio da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Amazonas (Fcecon).

O novo prédio da Fcecon contará com um Centro de Oncologia com 30 novos leitos de quimioterapia, ampliando dessa forma para 47 leitos exclusivos para este tipo de tratamento da doença.

Além dos novos leitos, estão previstos para o Centro de Oncologia a criação de 10 consultórios para atendimentos clínicos e um centro cirúrgico no formato "Day Hospital" - Hospital-Dia, onde serão realizadas cirurgias de pequeno e médio porte, com o intuito de proporcionar mais celeridade às cirurgias de alta complexidade no centro cirúrgico da Fcecon.

Na educação, o governador deverá anunciar o lançamento de um pacote para a construção de novas escolas de tempo integral na capital e interior, reforma e construção de escolas padrão e reforma de quadras poliesportivas para o lançamento do programa "Todos Pela Vida", que vai focar na prevenção à criminalidade e que envolve diversas secretarias.

Houve protesto em 2016

Durante coletiva à imprensa antes da leitura da mensagem governamental no ano passado, Hinaldo de Castro Conceição, atirou notas falsas de dinheiro no governador José Melo (Pros) em um ato de protesto, gritando: "Pega teu dinheiro, Melo comprador de votos!". As notas tinham o rosto de Melo impresso nas cédulas.

Após o ato, Hinaldo de Castro Conceição, de 20 anos, foi retirado do local por seguranças da Assembleia. José Melo e o vice, Henrique Oliveira (SD), tiveram os mandatos cassados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AM), no dia 25 de janeiro de 2016.

A representação em que o governador José Melo e o vice-governador Henrique foram cassados foi movida pela coligação "Renovação e Experiência", do então candidato ao governo, Eduardo Braga (PMDB), que denunciou suposta compra de votos a favor de Melo, apontando Nair Blair como responsável por uma "empresa-fantasma" que recebeu verba pública ilegalmente destinada à captação ilícita de sufrágio. A Polícia Federal apreendeu R\$ 11,7 mil e documentos que incluíam notas fiscais, listas de eleitores e recibos com assinaturas de Blair e do irmão do governador, Evandro Melo.

O processo que resultou na cassação de José Melo está em fase de recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A expectativa da defesa de Melo é que o TSE acolha o recurso e o absolva da cassação.

Personagem

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Jorge Jatahy



AM está em recuperação

O titular da Sefaz, Jorge Jatahy, afirmou que em comparações a outros estados, como o Rio de Janeiro, o Amazonas está em "fase de recuperação" diante da crise financeira. "A Sefaz trabalha e acredita em um aumento de arrecadação. É possível um aumento? É! Mas é apenas uma possibilidade e pequena. Mas, em comparação a outros estados, o Amazonas está em fase de recuperação no cenário da crise, justamente porque adotou contenção de despesas".



Manaus - A Região Norte registrou o segundo maior avanço no número de empresas inadimplentes, em dezembro, segundo o indicador calculado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Na análise por regiões, a que mostrou o maior avanço do número de empresas inadimplentes, em dezembro, foi o Nordeste (6,96%). Na sequência, aparecem a Norte (6,45%), a Centro-Oeste (4,49%), a Sudeste (4,44%) e a Região Sul (3,19%). Para o presidente da CNDL, Honório Pinheiro, o cenário de negativação das empresas está desacelerando mesmo em um ambiente de crise econômica. “Isso porque o movimento da inadimplência sofre a influência de dois vetores principais que atuam em direção oposta: o primeiro é redução da capacidade de pagamento das empresas, que tende a elevar o número de contas pendentes; o segundo é a restrição do crédito, que, ao reduzir o estoque de dívidas, limita também o crescimento da inadimplência”, disse. Na média nacional, o número de empresas inadimplentes cresceu 5,01%, em 2016, depois de fechar 2015 com um aumento de 11,9%.

As dívidas do Estado 1

O Governo do Amazonas iniciou o ano com R\$ 178.845.102,45 de restos a pagar do exercício anterior. As maiores dívidas são da Susam (R\$ 50.481.483,53^o) e da Seduc (R\$ 37.366.780,59).

As dívidas do Estado 2

Em seguida, com mais dívidas, aparecem o Fundo Estadual de Saúde (FES), com R\$ 17.722.209,07 e a Central de Medicamentos do Amazonas (Cema), com R\$ 12.785.485,51.

As dívidas do Estado 3

Por outro lado, as empreiteiras que trabalham para a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra) receberam quase tudo que tinha para receber em 2016. Os restos a pagar ficaram em R\$ 3.511.247,33.

Não falta polícia no TCE 1



INICIATIVAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO VISAM ESTIMULAR O SETOR DE INFRAESTRUTURA

Diante da enorme crise econômica que as empresas de infraestrutura nacional têm enfrentado, o governo federal estuda ações que visam estimular o investimento no setor. Em encontro ontem (26/01), na sede da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em Brasília, com empresários da área de infraestrutura, o secretário Hailton Madureira de Almeida, da Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, apontou três iniciativas de ações do governo que implicam no reaquecimento do mercado ainda neste ano. As ações, segundo o presidente da Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP) da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge, vão reaquecer o setor. “Indispensável dizer que as empresas estão atravessando a pior crise que já viveram na sua história. A COP tem desenvolvido um intenso trabalho junto à Secretaria do Programa de Investimento de Infraestrutura (PPI), que integra os programas de concessões, demonstrando uma preocupação constante do setor com a possibilidade de participação das médias empresas, mas sem esquecer que temos um cemitério de obras paralisadas, semiparalisadas ou a passos de tartaruga no País e que essas iniciativas do governo mexem com o mercado de infraestrutura e vão reaquecer o setor”, destaca Lima Jorge.

Apresentadas durante a reunião da COP/CBIC, que também contou com presença do diretor do Departamento de Infraestrutura Social e Urbana da Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura (SDI) do Ministério do Planejamento, Manoel Renato Machado Filho, a primeira delas refere-se a retomada de cerca de 1600 obras, com valor entre R\$ 500 mil até R\$ 10 milhões. O governo federal já tinha anunciado essa retomada no final do ano passado e a sua realização foi confirmada pelo secretário. Segundo ele, as obras realmente estão em andamento e uma parte importante já foi retomada. Balanço com o diagnóstico do que foi realizado até o momento será apresentado no próximo mês de fevereiro. “A meta é retomar 50% das obras até junho e o restante até dezembro deste ano”, destacou Almeida.

O secretário também informou sobre o trabalho que está sendo desenvolvido pelo governo, dentro do orçamento de 2017 e 2018, a fim de ampliar a ação também para as obras de maior valor, acima de R\$ 10 milhões e, se possível, até R\$ 100 milhões, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), garantindo o término de um conjunto de obras que estão em andamento em áreas de saneamento, recursos hídricos, mobilidade urbana, rodovias, entre outras. “A ideia é fazer com que as obras não parem. O objetivo é dar segurança ao usuário e às empresas que vão tocar as obras, com recursos garantidos, para que consigam, de fato, concluir obras e evitar problemas, destacou Hailton de Almeida, reforçando que esse é o esforço do Ministério.

Além disso, o Governo estuda uma forma de viabilizar a manutenção da malha não coberta para as concessões. A iniciativa da reunião é uma realização da CBIC, com a correalização do SENAI Nacional.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EMPRESAS DE SERVIÇOS E OBRAS DA CONSTRUÇÃO (SIAC) TEM NOVO REGIMENTO

O Ministério das Cidades (MCid) publicou no Diário Oficial da União (D.O.U), no último dia 9, a Portaria nº 13, de 6 de janeiro de 2017, que visa o aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) de modo a adequá-lo aos requisitos e critérios de desempenho da norma técnica ABNT NBR 15.575:2013, que prioriza o bem estar dos usuários das unidades habitacionais, especialmente nos aspectos de segurança, habitabilidade e sustentabilidade. O representante da CBIC e presidente da Comissão Nacional do SiAC e membro da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Comat/CBIC), Marcos Galindo, afirma que o objetivo da Comissão Nacional do SiAC é induzir as empresas de construção a incluir nos seus sistemas de gestão da qualidade procedimentos para atender a norma de desempenho. “Um ponto chave para o atendimento da norma de desempenho está nos projetos. É nos projetos e especificações que são definidos os parâmetros que vão assegurar o desempenho da edificação”, diz Galindo.

Outros dois ajustes promovidos pela Portaria do MCid, foi a exclusão da "Declaração de Adesão ao PBQP-H", nível de acesso ao SiAC, para o qual não era exigido auditoria de certificação realizada por Organismo de Avaliação da Conformidade (OAC). E a outra mudança importante no SiAC foi o alinhamento com a NBR 17021-1:2016 (Avaliação da Conformidade Requisitos para organismos que fornecem auditoria e certificação de sistemas de gestão), que tem por objetivo fornecer as referências para o processo de auditoria e certificação para todos os tipos de sistemas de gestão. Para Galindo, foi bastante positivo nesse aspecto porque houve alterações na norma atualizada que poderiam conflitavam com as disposições do antigo regimento. “Essa norma cuida dos procedimentos de auditoria e certificação de qualquer sistema de gestão, não só da ISO 9001, que é a base do SiAC. Alguns dispositivos da versão anterior dessa norma já faziam parte do SiAC. Com a revisão da norma e a atualização do regimento do SiAC, a Comissão Nacional chegou a conclusão que era melhor excluir do regimento tudo que já estava no texto da norma e fazer a devida referência à norma nos aspectos de auditoria e certificação. Assim não haveria conflito entre o novo regimento do SiAC e a norma atualizada”, completa.

CERTIFICAÇÃO

Dessa forma, as construtoras que queiram se certificar no SiAC do PBQP-H - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat, podem optar pela Certificação no "Nível B" ou "Nível A" do Sistema. As certificações são acreditadas pelo INMETRO (veja relação no site <http://www.inmetro.gov.br/organismos/>). Os OAC's, responsáveis pelas auditorias de certificação, tem um prazo de transição de 180 dias, contados a partir da data da publicação da Portaria, a partir da qual somente poderão realizar auditorias e emitir certificados de acordo com o novo Regimento Geral do SiAC.

“Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 37º: As Declarações de Adesão ao SiAC 2012 e os certificados emitidos segundo o Regimento Geral do SiAC 2012 - Portaria no. 582 de 5/12/2012, em qualquer dos níveis de certificação, antes da data de publicação da Portaria que institui o presente Regimento Geral, terão sua validade respeitada limitada a 365 dias contados da data da publicação.

Artigo 38º: O.A.C. autorizados pela SiAC têm o prazo de transição de 180 dias, a contar da data de publicação da Portaria que institui o presente Regimento Geral (SiAC 2016). a partir do qual somente poderão realizar auditorias e emitir certificados de acordo com o mesmo.

Artigo 39º: Certificados emitidos segundo o Regimento Geral do SiAC 2012 - Portaria nº 582 de 5/2/2012 durante o prazo de transição de 180 dias. Em qualquer dos níveis de certificação, terão como data de validade máxima a correspondente a 365 dias contados da data de emissão. “

Diário Oficial da União (D.O.U) 09/01/2017 - Portaria nº 13, de 6 de janeiro de 2017

SOBRE ADEQUAÇÃO DA ISO 9001

A ABNT NBR ISO 9001 é uma norma que define os requisitos para colocar um sistema de gestão da qualidade em vigor. Ela ajuda as empresas a aumentar a eficiência e a satisfação do cliente. O fundamento do regimento SiAC é a ISO 9001 e foi publicada uma nova versão dessa norma em setembro de 2015. “O novo regimento do SiAC ainda não está adequado à ABNT NBR ISO 9001:2015, pois o foco da mudança era a norma de desempenho”, afirma o presidente da Comissão Nacional do SiAC, Marcos Galindo.

Segundo ele, em fevereiro de 2017 a CN-SiAC iniciará o trabalho de adequação dos documentos normativos do SiAC para a ABNT NBR ISO 9001:2015. “Até o final de 2017 pretendemos publicar uma nova versão do SiAC com as adequações da última versão da ISO”, diz Galindo. “É importante lembrar que a ABNT NBR ISO 9001:2015 prevê três anos de migração das empresas da versão 2008 da ISO 9001 para a versão 2015. Então, pretendemos fazer essas alterações até o final deste ano, em tempo para que as empresas possam migrar para a base da ISO 9001:2015 até setembro de 2018”, completa.

O líder do projeto de Gestão de Normas Técnicas do Setor, Roberto Matozinhos, elencou os principais pontos abordados no novo regimento. O projeto é uma iniciativa da CBIC e do SENAI Nacional. Marcos Galindo comenta cada um dos pontos para o melhor entendimento. Confira abaixo:

1. Indução à elevação do desempenho das edificações habitacionais;

“Queremos induzir as empresas a colocar procedimentos desse sistema de gestão que vão levar as empresas ao atendimento à norma de desempenho.”

2. Perfil de Desempenho da Edificação - PDE: Documento de entrada de projeto que registra os requisitos dos usuários e respectivos níveis de desempenho a serem atendidos por uma edificação habitacional, conforme definido no item 4 da ABNT NBR 15575 - Parte 1: Requisitos Gerais

“O perfil de desempenho da edificação é um documento de entrada de projeto, onde ficam registrados os requisitos dos usuários definidos na norma, com os respectivos níveis de desempenho que a empresa pretende atender. A norma de desempenho não exige esse documento, mas para manter a gestão da qualidade é preciso ter um registro. A norma de desempenho prevê três níveis de atendimento dos requisitos dos usuários, mas não para todos os requisitos. Para que não existam dúvidas no processo de elaboração de projetos, as empresas devem definir e documentar os níveis dos requisitos dos usuários. No processo de elaboração de projeto, se houver alguma razão técnica, econômica ou de mercado que justifique uma alteração no perfil de desempenho, a empresa também deve registrar essa modificação do PDE. Isso é bom porque a empresa fica com a memória de que tomou aquela decisão de atendimento da norma de desempenho no processo de elaboração de projetos.”

3. Plano de Controle Tecnológico: Documento referido no Plano de Qualidade da Obra que relaciona os meios, as frequências e os responsáveis pela realização de verificações e ensaios dos materiais a serem aplicados e serviços a serem executados em uma obra, que assegurem o desempenho conforme previsto em projeto, em atendimento à ABNT NBR 15575;

“Toda obra deve ter um Plano de Qualidade da Obra (PQO), conforme previsto nos referenciais normativos dos níveis B e A do SiAC. Agora, passa a fazer parte do PQO o Plano de Controle Tecnológico porque em relação a norma de desempenho é importante que você faça o controle tecnológico dos materiais e serviços, de acordo com as normas prescritivas específicas e com a norma de desempenho, quando for o caso. O Plano de Controle Tecnológico visa direcionar a empresa para o controle daqueles materiais e serviços críticos para assegurar o desempenho da edificação, conforme definido nos projetos e edificações. O Plano de Controle Tecnológico é um passo a mais na direção do monitoramento da qualidade da execução da obra, com foco na norma de desempenho, então é uma ferramenta importante para o construtor. É importante dizer que é uma ferramenta nova incluída no regimento do SiAC.”

4. No caso de obras de edificações habitacionais, a elaboração do Plano da Qualidade da Obra deve considerar os requisitos de desempenho da ABNT NBR 15575 definidos nos projetos da edificação.

“O Plano de Qualidade da Obra (PQO), deve levar em consideração os critérios de atendimento da norma de desempenho estabelecidos nos projetos e especificações. Fizemos esse destaque porque a norma de desempenho é muito ampla e estipula todo um universo de parâmetros de desempenho para a edificação habitacional. Entretanto, é na hora de fazer o projeto de uma edificação que você define o universo específico daquela edificação e como ela vai atender à norma de desempenho, por meio desse projeto, e que controles devem ser realizados.”

5. Para o caso de obras de edificações habitacionais, a empresa construtora deve apresentar evidências dos meios definidos para o atendimento dos requisitos de desempenho da ABNT NBR 15575, nos níveis indicados no Perfil de Desempenho da Edificação (PDE), mediante análise de desempenho esperado das soluções projetadas.

“Esse destaque é para aquelas empresas que fazem seus próprios projetos, diretamente ou através de projetistas contratados. Nessa condição a empresa construtora deve relacionar materiais e sistemas construtivos às evidências de que eles atenderão a norma de desempenho, conforme definido no projeto. Estas evidências podem incluir especificações de desempenho de fornecedores, resultados de ensaios de materiais, sistemas construtivos e de protótipos, projetos especializados, simulações computadorizadas, fichas de avaliação de desempenho e DATECs, previstos no SINAT/PBQP-H, entre outros. É importante a construtora manter esta documentação, a memória de cada obra ou empreendimento habitacional, para comprovar perante terceiros, a qualquer tempo, que agiu de forma diligente e de boa fé no propósito de atender a norma de desempenho.”

6. A empresa construtora deve estabelecer, de maneira evolutiva, critérios para avaliar o desempenho de seus fornecedores em seus fornecimentos. Deve ser tomada como base a capacidade do fornecedor em atender aos requisitos especificados nos documentos de aquisição. No caso de fornecedores de materiais, deve ainda considerar a sua formalidade e legalidade, em atendimento à legislação vigente.

“Isso é uma expansão do que já consta no regimento há bastante tempo. Com a norma de desempenho, torna-se mais crítico para o construtor a avaliação da capacidade do fornecedor de atender aos requisitos dos materiais e sistemas. Isto porque cada material é componente de um sistema que deve atender a norma de desempenho, conforme definido nos projetos. A formalidade e a legalidade do fornecimento, com relação às questões trabalhistas, tributárias e ambientais, são requisitos de sustentabilidade indispensáveis na avaliação da capacidade dos fornecedores.”

O novo regimento do SiAC fará parte da grade da Comat no Encontro Nacional da Construção (Enic), entre os dias 24 a 26 de maio, em Brasília.

INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO DESENVOLVE AÇÕES EM PROL DOS TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS DO SETOR

Nos últimos anos, a conjuntura política e econômica impactou fortemente as empresas do setor da construção e os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Políticas e Relações Trabalhistas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CPRT/CBIC). Vários temas relevantes foram pautados na Comissão, tais como a Modernização da Legislação Trabalhista, Combate à Informalidade, Subemprego, Regulamentação da Terceirização, Trabalho Análogo ao Escravo, Cota de Aprendiz, Cota de PCD (Pessoas Com Deficiência), Acidentes de Trajeto e Ausência de Critérios Uniformes de Aplicação das Normas por parte da Fiscalização. Como destaca o presidente da CPRT/CBIC, Roberto Sérgio Oliveira Ferreira, apesar da relevância dos assuntos para o cenário empresarial, os temas tratados pela Comissão não ocupam grande atratividade para participação e acompanhamento constante por parte dos associados da entidade. “Lamentavelmente, lidamos com gestão de crises e entraves que precisamos enfrentar e buscar as melhores soluções por meio de diálogos e negociações constantes com todos os atores envolvidos, trabalhadores, governo, poderes e sociedade”, destaca Roberto Sérgio. Buscando não apenas compartilhar e dar ciência do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão, mas, principalmente, manter seus registros, inclusive para gerar fonte de consulta e posicionamentos, a CPRT/CBIC preparou um balanço sobre temas discutidos e ações realizados em 2016.

Sobre a questão do Combate à Informalidade, a CPRT/CBIC buscou reverter o cenário da informalidade, que tanto penaliza o trabalhador formal, e resgatar os benefícios da formalidade que são positivos tanto para os trabalhadores quanto para os empresários. A falta do registro em carteira retira do trabalhador a proteção da legislação Trabalhista e da Previdência. Hoje, 54% dos trabalhadores da construção não recolhem para a Previdência. “Mudar esse cenário é bom para a construção, é bom para o trabalhador e essencial para o Brasil do futuro”, destaca Roberto Sérgio. A CPRT tratou o tema junto ao Ministério do Trabalho e Previdência. O objetivo é que se estabeleça no Governo uma nova visão sobre o assunto. A entidade entende que é fundamental que as fiscalizações atuem firmemente no combate à informalidade das empresas de construção existentes no País. Foram propostas ações pontuais, como o estabelecimento de metas à fiscalização, que tenha por objetivo reduzir a informalidade na construção, e o estímulo e criação de Comitês de Combate à Informalidade no País, aos moldes do realizado no Estado do Paraná desde 2001, que tem obtido resultados positivos para o aperfeiçoamento do mercado de trabalho da construção civil local. A CBIC, por meio da sua CPRT, defende e trabalha para a nacionalização dessa ação, disseminando informações sobre as exigências trabalhistas, de segurança, previdenciárias e técnicas na construção de obras, contando com o apoio das Superintendências Regionais do Trabalho para colaborar nesse processo.

No que se refere à questão da Subemprego, o assunto também foi levado ao Governo Federal. A Comissão mostrou a importância da revogação da Nota Técnica 394/2012 e o restabelecimento dos termos da Nota Técnica 88/2008/HCC/DEFIT/SIT/MTE, que reconhecia de forma clara e expressa a legalidade da subcontratação (Terceirização) na Construção Civil, em face das especificidades do setor. A CPRT também defende a edição de uma Portaria, nos termos da minuta de portaria feita pela CBIC e representantes laborais, como forma de mitigar os prejuízos causados ao setor e à sociedade como um todo.

A regulamentação da Terceirização foi outro tema constante em 2016. A ação desenvolvida foi no sentido de regulamentar a terceirização com uma legislação que permita à empresa escolher o que terceirizar, de acordo com a sua estratégia de negócio, dando segurança jurídica e proteção às empresas e trabalhadores. A entidade apresentou manifestação no Recurso Extraordinário 713.211 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para atuar na ação como *amicus curiae*. Embora negado, acompanhou de perto o seu julgamento, bem como, por meio da Assessoria Legislativa da entidade, o trâmite dos projetos de lei sobre o tema no Congresso Nacional.

Também teve especial atenção da CPRT/CBIC a questão do Trabalho Análogo ao Escravo. A entidade é absolutamente contra a prática de precarização de serviços e à prática de condições análogas ao trabalho escravo. No entanto, empresas construtoras vêm sendo inseridas na denominada “lista suja” do Ministério do Trabalho, por supostamente terem empregado trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo. As ações da CPRT/CBIC são no sentido de que seja revogada a Portaria Interministerial nº 04/2016, que estabelece o cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. A publicação na mencionada lista suja repercute de forma profunda e negativa sobre a atividade econômica do empregador, com efeitos diretos na credibilidade, na imagem perante a sociedade, no fornecimento de matéria prima e insumos e na possibilidade de obtenção de créditos (restrições a financiamentos). A CBIC também entende que o Legislativo precisa definir objetivamente em lei o conceito de trabalho análogo ao escravo.

Sobre as Cotas de Aprendizizes, a entidade pleiteou em permanentes audiências com o governo federal a realização de um estudo sobre as funções desenvolvidas nos canteiros de obras para verificar quais delas demandam realmente “formação técnico-profissional metódica (...), metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho”. As empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos, equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento cujas funções demandem formação profissional. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego define as funções que demandam formação profissional. Só é possível contratar aprendiz no canteiro de obras a partir de 18 anos, pois há vedação da atividade de construção civil ao menor de 18 anos, ressalvado no setor administrativo. No entanto, a pessoa maior de 17 anos prefere ser contratada como ajudante ou servente, devido ao valor do salário e dos benefícios recebidos, recusando-se a ser contratado como aprendiz em condições econômicas muito inferiores, o que reduz ainda mais o universo de aprendizes para o setor da construção civil. A CPRT/CBIC tem trabalhado em busca de ajustes na CBO a fim de excluir da base de cálculo, para determinação do número de aprendizes a contratar, as funções pertencentes ao segmento que não demandem formação técnico-profissional, tal como é o caso dos serventes e ajudantes. Bem como permitir que as empresas matriculem ajudante/servente para a aprendizagem profissional sem a escolaridade mínima prevista para os demais cursos de formação profissional; e constituir um Grupo de Trabalho para discutir a questão da aprendizagem no setor da construção, formado junto à Secretaria de Políticas Públicas e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, com a participação da CBIC representando o setor da construção.

Já sobre as Cotas de PCD, por entender que, mesmo com esforço, as empresas do setor dificilmente conseguirão preenchê-las, a entidade atuou junto ao governo no sentido de pleitear o desenvolvimento de um cadastro nacional de pessoas com deficiência inseridas na cota; a criação de módulo no SINE para intermediação de contratação de pessoas com deficiência; a qualificação de PCD pelos órgãos governamentais, haja vista a dificuldade de encontrar profissional com deficiência habilitado; a facilitação do acesso das entidades de classe ao cadastro de pessoas reabilitadas pelo INSS, tendo em vista que os reabilitados também compõem a cota de PCD; a exclusão da base de cálculo das cotas de todas as funções e atividades que envolvem risco elevado, e a revisão e ampliação do rol das deficiências aceitas para fins de cumprimento das cotas.

Outro tema importante e cuja ação já obteve resultado positivo foi o do “Acidentes de Trajeto”. O Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS), seguindo linha defendida pelo setor da construção, de que empresas não têm como adotar medidas para prevenir esse tipo de acidente, aprovou alterações na metodologia do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Calculado anualmente, o FAP é um mecanismo utilizado para reduzir ou aumentar o Seguro Acidente de Trabalho (SAT) pago pelas empresas, que passou a se chamar Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), contribuição previdenciária paga pelo empregador para cobrir os custos com trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais. Dentre as modificações aprovadas para o cálculo do FAP, está a exclusão dos acidentes de trajeto (de casa para o trabalho ou vice-versa).

Quanto à questão da Ausência de Critérios Uniformes de Aplicação das Normas por parte da Fiscalização, tendo em vista que a demora na liberação de obras sempre foi umas das maiores preocupações do empreendedor, a comissão pleiteou ao governo a implantação de uma maior uniformização dos procedimentos das fiscalizações em todo o país, com foco em itens essenciais das Normas, de modo a reduzir a insegurança jurídica atualmente existente em várias localidades; promoção da prática da dupla visita dos auditores fiscais, sempre que possível orientando quanto ao cumprimento dos requisitos normativos, levando em consideração o caráter educativo do processo de fiscalização; respeito ao que está consagrado nos Instrumentos Coletivos de Trabalho ajustados entre sindicatos laborais e patronais, preservando a negociação, os Acordos e Convenções, pois sabe-se da diversidade de interpretações das normas; envolvimento do superintendente Regional do Trabalho no acompanhamento dos casos de embargos e interdições.

Além do acompanhamento desses assuntos, a CPRT/CBIC, em parceria com o SESI Nacional, desenvolveu e aperfeiçoou importantes produtos em prol do desenvolvimento das empresas e dos trabalhadores do setor da construção, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Ferramentas

- **Construindo Segurança e Saúde – Simulador de Custos de Acidentes e Afastamentos:** A ferramenta permite simular os custos de acidentes de trabalho e afastamentos, em uma empresa, estimulando investimentos em ações preventivas, bem como uma melhor compreensão sobre a importância de se prevenir acidentes, além de apresentar informações sobre as normas que regem essas eventualidades.

- **Sistema de Acompanhamento de Benefícios - Ferramenta** desenvolvida para facilitar o acompanhamento, pelos Sindicatos associados à CBIC, das tratativas que o setor têm realizado.
Guias e Vídeos Orientativos

- **Guia Contrate Certo –** Orienta as empresas do segmento da construção sobre a contratação de serviços na modalidade de empreitada e subempreitada. Propõe otimizar todo o processo de contratação, do planejamento e seleção do empreiteiro à análise e contratação do prestador de serviço.

- **Guia Orientativo Áreas de Vivência –** Guia para implantação de áreas de vivência nos canteiros de obra. É uma compilação das regras que devem ser observadas para instalação e manutenção das áreas de vivência, bem como onde os trabalhadores circularão ou que servirão como alojamento. As orientações têm fundamento na NR- 18, que é de cumprimento obrigatório por todo setor da construção.

- **Guia Orientativo de Segurança –** Guia básico para implantação de segurança e saúde nos canteiros de obra. Objetiva instruir os empresários sobre as regras básicas para gestão de segurança e saúde na indústria da construção. Ilustrações e informações a respeito do tema apresentam, de forma didática, as normas de segurança a fim de auxiliar na implantação básica de medidas de controle e de sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no ambiente de trabalho.

- **Guia Orientativo de Incentivo à Formalidade –** Guia básico de exigências trabalhistas, de segurança, previdenciárias e técnicas na construção de obras. Objetiva dar as orientações mínimas para que as empresas sejam regulares e formais.

- **Vídeos orientativos de SST –** Os três vídeos orientativos têm enfoque nos acidentes de maior ocorrência no setor: queda, choque elétrico e sorretamento. Os vídeos, que possuem caráter orientativo, trazem informações sobre a necessidade do uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs). De uma forma bem humorada os vídeos informam empresários e trabalhadores sobre os perigos e os cuidados que devem ser tomados nos canteiros de obra. O objetivo é que sejam utilizados durante os treinamentos, nos diálogos diários de segurança, visando orientar e conscientizar a todos envolvidos na obra sobre a importância de se utilizar adequadamente os EPI's e EPCs.

- **Guia Complementar Sobre Segurança do Trabalho em Canteiros de Obras -** Guia detalhado para a gestão da segurança e saúde nos canteiros de obras. Está sendo elaborado pelo consultor Sérgio Antonio (auditor fiscal). Previsão de lançamento no Enic de Brasília, em 2017.

A comissão participou de ações do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Trabalho Seguro; Acordo de Governança, e Capacitação – Programa Associa Indústria (PDA). Além disso, teve participação especial no Congresso Nacional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção (CMATIC); no 88º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic) e no II Encontro Nacional de Segurança e Saúde na Construção do Brasil, como realizadora. Encomendou dois trabalhos especiais. O primeiro referente à Análise Técnica do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). O segundo foi o Estudo sobre Indicadores de Produtividade na Construção. Também acompanhou três importantes Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho: NR--18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil); NR--12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos), e NR--15 (Atividades e Operações Insalubres), além de Normas Técnicas da ABNT relacionadas a assuntos afetos à CPRT/CBIC. Para 2017, a Comissão já prevê o acompanhamento de assuntos relacionados ao fortalecimento das negociações coletivas e da Súmula 277 do TST, que trata da ultratividade de normas de acordos e de convenções coletivas.

Não deixe de conhecer a íntegra do Balanço 2016 da CPRT. A Comissão convida todos a criticá-lo, para seu aperfeiçoamento constante, bem como a participar das reuniões que ocorrerão neste ano.

Mercado

Bolsa +5 -5 Moedas

Moeda	Compra	Venda	Variação
Dólar Comercial	3,1338	3,1344	↓ -0,53%
Dólar Ptax - Bacen	3,1422	3,1429	↓ -0,53%
Dólar Turismo	3,0400	3,2700	↓ -0,61%
Euro Comercial	3,3312	3,3322	↓ -1,11%
Euro x Dólar - Bacen	1,0660	1,0661	↓ -0,40%
Euro Turismo	3,2700	3,4800	↓ -1,14%



A engenheira civil Adriana Maria Tonini assumiu nesta semana o cargo de diretora de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – agência vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Formada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Adriana possui licenciatura plena pela Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais, além de mestrado em tecnologia pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e doutorado em educação pela UFMG. Além disso, é professora adjunta do Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal de Ouro Preto (Cead/UFOP).

"Minhas perspectivas são poder contribuir para o avanço do conhecimento através do desenvolvimento científico e tecnológico, pois um país somente se desenvolve com investimentos em ciência e tecnologia. Desse modo, é necessário forte incentivo na formação de mais e melhores pesquisadores no Brasil. E o CNPq desenvolve um papel fundamental nesse processo", observou a diretora.



SINDUSCON-AM
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAPÁ

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2017

NÃO ESQUEÇA!

As empresas representadas pelo SINDUSCON-AM têm até o dia 31 de janeiro de 2017 para fazerem o recolhimento da Contribuição Sindical, sem multa.

Esta contribuição é **COMPULSÓRIA**, conforme descrito no Art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O não recolhimento no prazo prevê multa de 10% do valor principal no primeiro mês de atraso, com adicional de 2% nos meses subsequentes, além de juros e mora de 1% ao mês.

Vantagens

- ✓ Representatividade na defesa dos interesses do setor;
- ✓ Orientações sobre a Convenção Coletiva de Trabalho;
- ✓ Assessorias Jurídica, Econômica, Fiscal, Relações do Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano;
- ✓ Capacitações e Eventos nas áreas de:
 - *Segurança e Saúde do Trabalho;*
 - *Qualificação e Requalificação Profissional;*
 - *Qualidade e Produtividade;*
 - *Fiscal/Tributária;*
 - *Novas Tecnologias.*

FORTALEÇA O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL



SINDUSCON-AM
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAPÁ

Telefones: (92) 3622-1529 (92) 3622-6525

Site: www.sinduscon-am.org.br

e-mail: administracao@sinduscon-am.org.br